

A Cultura do Algodão

em Sistema de Produção Integrado à Indústria,
no Município de Juarez Távora - PB



Razões técnicas e climáticas

A cultura algodoeira é uma atividade agrícola de reconhecida importância sócio-econômica, principalmente, no Nordeste brasileiro, onde ela é executada por pequenos agricultores, constituindo-se numa importante fonte de geração de emprego e renda no campo.

O algodão, por sua resistência à seca e por ter mercado potencialmente garantido, é a principal opção fitotécnica dessa região semi-árida, que produz uma fibra de excepcional qualidade intrínseca e que, se bem colhido, sem contaminantes – penas de galinha, pêlos de cães, carrapichos – tem um algodão de excelente qualidade global (intrínseca e extrínseca).

Por outro lado, existe tecnologia disponível capaz de viabilizar sua produção em condições adversas e revigorar a economia local e, como conseqüência, fixar o homem ao campo, através da execução de programas de desenvolvimento.

O algodão poder ser hoje, como foi no passado recente, a mola propulsora da geração de empregos e renda, graças a quatro fatores: domínio de tecnologia para controle de pragas; alteração na taxa de importação dos produtos estrangeiros, tornando o produto mais competitivo; tecnologias para pré-processar o algodão na própria comunidade; possibilidade de ganho real para as famílias produtoras, mesmo em região de risco climático.

Na região Nordeste, vários municípios apresentam condições favoráveis para o cultivo do algodão que é uma das poucas culturas que pode propiciar boa rentabilidade ao produtor. Com relação ao uso da mão-de-obra, é ainda, uma cultura que, apesar da mecanização, utiliza bastantes braços. Ele pode gerar de 0,5 a 2 empregos diretos por ha/ano num período de 6 meses, dependendo do sistema de cultivo empregado.

O município paraibano de Juarez Távora, distante 75 km de João Pessoa, na região do agreste nordestino, com população de 15.000 habitantes (70% rural) com renda média familiar menor do que um salário mínimo, tem sua economia baseada fundamentalmente na agricultura, cujo produto principal é o algodão.

Com índice pluviométrico de 661mm/ano – média considerada boa para cultivo do algodão, é periodicamente castigado por secas rigorosas, com falta água para as pessoas, animais e sobretudo a agricultura.

Possui um solo fértil, o que facilita bastante o cultivo do algodão, destacadamente, a cultivar 7H da Embrapa cuja característica básica é a pouca exigência hídrica o que a torna perfeitamente viável nas condições edafoclimáticas do município.

Razões culturais e sociais

Até a década de 80, a Região Nordeste era uma das maiores produtoras de algodão do país, produto que, além de ser a principal fibra que 40% da humanidade utiliza, produz alimento (óleo comestível). 6 milhões de nordestinos dependiam dele porque gerava renda, emprego, divisas e fornecia matéria-prima para as agro-indústrias locais e a indústria têxtil. O restante era exportado para outros estados e exterior. Os agricultores vendiam a safra em rama, por ausência de crédito bancário. Havia um certo equilíbrio sócio-econômico.

Em meados de 80, uma praga que já existia nos Estados Unidos – o bicudo – alastrou-se pelo Brasil, destruindo completamente as plantações de algodão não só no Nordeste, mas em boa parte do país,

fazendo com que as indústrias passassem a importar a fibra de outros países, motivadas, ainda, por outra praga: a liberalização das taxas de importação, advindas com a abertura dos mercados.

Como conseqüência, os agricultores que viviam quase exclusivamente do plantio do algodão ficaram em situação de miséria, sendo obrigados a migrarem para outras regiões, principalmente o Sudeste do país. Deu-se um impacto sócio-ambiental negativo, ainda não estudado, mas facilmente visualizado pela aceleração do êxodo rural, provocando escassez de mão-de-obra no campo e favelização na cidade.

Essa é uma situação típica em tempos difíceis, quando o chefe da família se vê obrigado a sair de casa em busca de outras fontes de renda, deixando os filhos com a mãe – as viúvas da seca – que sobrevivem de pequenas aposentadorias ou do pouco dinheiro enviado pelo pai.

Nos arredores do município, no assentamento Novo Horizonte, surge uma comunidade de assentados rurais, que após muita luta pela posse da terra, aposta no cultivo do algodão, como meio de revitalizar a economia local, gerando renda e riqueza. Essas 40 famílias foram posseiras nessa localidade por mais de 50 anos e, para ali permanecerem, foram obrigadas a pagar foro de R\$ 50,00 ano/ha, além de trabalharem, gratuitamente, um dia para o proprietário da gleba.

Não podiam, tampouco, criar animais nem diversificar sua agricultura nem melhorar as suas moradias que na grande maioria eram feitas de taipa (barro e estacas).

Essa situação vinha se mantendo assim, ao longo de vários anos, quando o agravamento da seca – 2 anos sem plantar praticamente nada – inviabilizou a subsistência da população local, que passou a trabalhar no corte da cana, atendendo à demanda de mão-de-obra, em usinas de açúcar da região. Essas usinas hoje na grande maioria estão desativadas, elevando ainda mais o nível de desemprego no local e na região.

Em 21 de fevereiro de 1999, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Horizonte e os agricultores decidiram, segundo o presidente da Associação, “não serem mais explorados e resgatar sua cidadania”. Um ano antes, a comunidade tinha se organizado e entrado com um pedido de posse da terra na qual já moravam e da que tiravam seu sustento e o de suas famílias, através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Quirino (vizinho ao assentamento).

Houve uma vistoria do Incra¹ que considerou a terra improdutiva, ou seja, o proprietário não plantava, apenas os moradores e, em março de 1998, a terra foi desapropriada e em 8 de janeiro de 1999, foi emitido o Termo de Posse. Animados com essa decisão, indicadora de uma mudança radical em suas vidas, os agricultores prepararam a terra para o plantio.

O proprietário da terra recorreu da decisão governamental. Foi emitida ordem de despejo e os agricultores foram impossibilitados de plantar, na área da gleba, perdendo todo seu trabalho, às vésperas do plantio. As famílias, então, recorreram dessa decisão.

Essa situação uniu os trabalhadores que começaram a ter a consciência do valor de seu trabalho, de seus direitos e de seu próprio valor, como se pode ver nas letras das músicas cantadas nas reuniões da Associação :

“...companheiro apresse o passo / meu irmão me dê a mão / vamos formar a corrente/ norte sul na união / com Deus no meio da gente / vamos firme para frente/ transformar esta nação...”

“...se é no campo a coisa está um clamor / capanga e proprietários tá matando o lavrador / se é a justiça esta não age direito / pois deixa capanga solto matando de todo jeito...”

“...nós descobrimos o valor da união / que é arma poderosa e derruba até dragão / é já sabemos que a riqueza do patrão / e o poder dos governadores passa pelas nossas mãos...”

A decisão de se implantar o projeto nessa área deve-se a diversos fatores. As questões que se colocam são: a experiência dos agricultores locais no plantio do algodão, por tratar-se de região onde tradicionalmente se planta algodão e as sócio-culturais, pois nesse momento, a comunidade encontra-se mobilizada num processo de resgate de sua auto-estima e de sua própria cultura. O algodão é, pois, uma das alternativas mais viáveis para se gerar renda aos produtores, em uma agricultura de sequeiro com riscos climáticos, ou seja, uma ação de convivência com a seca constante e de combate aos seus efeitos e, também, há mercado para pluma com qualidade e segurança, possibilitando revigorar a economia local.

Resultados a conseguir

- estimular a produção do algodão no município de Juarez Távora-PB, em um sistema integrado agricultor x indústria x agente financeiro, com áreas demonstrativas, que sirvam de modelo para outros municípios da região semi-árida aonde 10 milhões de pessoas vivem em estado de miséria;
- profissionalizar 40 pequenos agricultores assentados, mediante a realização de cursos sobre a tecnologia de cultivo do algodoeiro destacando o manejo e conservação do solo, e em especial o manejo integrado de pragas, com ênfase para a mosca branca e bicudo do algodoeiro;
- Incrementar a economia municipal, gerando emprego e renda para os produtores assentados, através da oferta de mão-de-obra sazonal e do processamento primário da matéria-prima, trabalhando toda a cadeia produtiva, ou seja, da roça à indústria, com eliminação dos atravessadores, permitindo maior rentabilidade aos agricultores;
- aumentar a produção e a produtividade do algodão, atingindo média de 1.400 kg/ha de algodão herbáceo de sequeiro, melhorar a qualidade da fibra e o rendimento econômico dessa cultura, com base na capacitação maciça dos agricultores, assim como na introdução de tecnologia disponível e apropriada para o semi-árido nordestino;
- melhorar os mecanismos de comercialização e beneficiamento do algodão em rama, através da: instalação de mini-usina de beneficiamento para associações de pequenos agricultores assentados;
- viabilizar a disponibilidade de sementes (banco de sementes) de boa qualidade para plantio na época adequada (início do inverno) visando a auto-suficiência em nível municipal;
- viabilizar a redução da utilização indiscriminada de defensivos agrícolas, graças ao treinamento prático bem como a adoção de novas tecnologias, com a simultânea redução do custo de produção e uma melhor utilização da terra.

Estratégia de Ação

Utilização das Unidades Demonstrativas como instrumento metodológico por excelência para treinamento dos agricultores onde serão realizadas as demonstrações práticas sobre o cultivo do algodoeiro em todas as fases do sistema de produção, além da realização dos dias de campo.

Todas as atividades assim programadas são dirigidas a pequenos agricultores assentados. Entre as parcerias a serem consolidadas, destacam-se o financiamento das áreas de cultivo, a ser efetuado com recursos do Pronaf², repassados via Banco do Nordeste, e a Prefeitura que será responsável pela construção do galpão onde será instalada a usina de beneficiamento. Serão também envolvidas instituições públicas e privadas comprometidas com o agronegócio do algodão no Nordeste.

Visando os objetivos propostos serão desenvolvidas as seguintes iniciativas e atividades:

- criar mecanismos de premiação para agricultores destaques em produtividade;
- organizar campanhas permanentes de conscientização dos agricultores, visando a melhoria da qualidade extrínseca da fibra do algodão colhido;

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

- estabelecer contratos de gestão junto às indústrias têxteis e beneficiadoras de algodão, visando garantir a comercialização da produção mediante contrato de compra;
- estimular e conscientizar as autoridades de outros municípios responsáveis pela agricultura a definirem um programa de recuperação e fortalecimento do algodão;
- instalar e acompanhar, em cada ano, 5 Unidades Demonstrativas de algodão herbáceo cultivar CNPA 7H;
- realizar anualmente 3 dias de campo como forma de despertar interesse dos pequenos agricultores mediante a apresentação dos resultados alcançados com a aplicação da tecnologia;
- instalar 1 unidade de beneficiamento através de mini-usina com máquinas de 25 serras e prensa enfardadeira;
- envolver os 40 pequenos agricultores assentados em uma área total de 740 ha nos dois anos de vigência do Projeto.

Metodologia

Esse Projeto servirá como piloto para ser expandido aos demais municípios da região agreste do Estado. Haverá assistência técnica para os agricultores, através das Unidades Demonstrativas, as quais serão instaladas nas áreas de assentamento selecionadas.

As Unidades Demonstrativas, onde serão realizados os cursos, serão instaladas seguindo as recomendações da Embrapa Algodão.

Cada Unidade deverá ter preferencialmente uma área de 10.000 m². É importante ressaltar que, em todas elas, além da avaliação do desempenho agrônomo, também será feita análise econômico-financeira em relação à função custo/benefício

A capacitação e o acompanhamento será um processo contínuo que durará os 2 anos de execução do Projeto.

O resultado final da capacitação dos pequenos agricultores assegurará que os mesmos se profissionalizem no cultivo do algodão, o que dará continuidade à exploração (aprendizado contínuo), mesmo após a conclusão do Projeto.

² Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

Entidade Coordenadora:

↑ Embrapa Algodão – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

↑ Oficina Social

Local de Execução: Juarez Távora - PB

Participantes:

↑ COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida

↑ Oficina Social

↑ Embrapa algodão

↑ Associação dos trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Horizonte

Coordenadores:

José Mendes de Araújo – Embrapa Algodão

José Renato Cabral – Embrapa/Oficina Social

Gleyse Peiter – Oficina Social